

PROFESSORES ALFABETIZADORES NO BRASIL: uma análise do programa tempo de aprender

Clara Silva França¹

Josiane Dos Santos Vilhena²

Eixo temático: 7. Alfabetização e formação inicial e continuada de professores

Resumo: O presente artigo tem como principal finalidade analisar o programa "Tempo de aprender" com o objetivo de refletir sobre o papel desempenhado pelos assistentes de alfabetização. A metodologia utilizada para o estudo apoiou-se no levantamento da pesquisa bibliográfica, juntamente com um questionário aberto aplicado através do *Google Forms* no primeiro semestre de 2023. Concluímos que não basta o estado apoiar-se em um método e/ou em pesquisas desconexas com o cenário pedagógico brasileiro, sem levar em consideração pesquisas nacionais que ao longo dos anos têm apresentado resultados significativos.

Palavras-chaves: Alfabetização; Assistente; Método; Formação continuada.

Introdução

Com o intuito de aprimorar a alfabetização no país, o Ministério da educação (MEC) em parceria com a Secretária de Alfabetização (SEALF), por meio da Política Nacional de Alfabetização (PNA) torna a público o programa Tempo de Aprender no início do ano de 2020, designado para professores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e assistentes de alfabetização. O referido programa propõe ações estruturadas em quatro eixos: formação continuada de profissionais da alfabetização, apoio pedagógico gerencial

¹Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Campus Marajó - Breves. Contato: clarasilvaf22@gmail.com

²Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Campus Marajó - Breves. Contato: josianevilhena21@gmail.com

para a alfabetização, aprimoramento das avaliações da alfabetização e valorização dos profissionais da alfabetização. Contam com sistemas on-line, recursos digitais e softwares de apoio à alfabetização, onde cabem ao gestor, professor e assistentes acessarem aos conteúdos para a sua qualificação profissional. Uma das ferramentas de estudos que os profissionais têm acesso é o Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (AVAMEC), onde há vários cursos à distância oferecidos para a capacitação dos profissionais, e ao final de cada curso, após a avaliação, disponibilizam certificados de conclusão de curso.

Além disso, o programa retoma no cenário de aula a participação do assistente de alfabetização apresentada como um suporte para auxiliar o professor no avanço das práticas e resultados da alfabetização. Neste sentido, o presente artigo tem como principal finalidade refletir sobre o programa "Tempo de aprender" buscando compreender qual o papel do assistente e analisar diante dos dados coletados como o exercício da função vem sendo desempenhado. Colhemos os dados dos assistentes, tendo a participação de quatro voluntários de escolas diferentes que estão/estiveram vinculados ao programa, denominamos de "A, B, C e D", com visões diferentes discorrendo sobre a realidade das escolas a qual o programa se insere.

A metodologia utilizada para o estudo apoiou-se no levantamento de pesquisa bibliográfica, juntamente com um questionário aberto aplicado através do *Google Forms* no primeiro semestre de 2023, por meio da pesquisa qualitativa, que, segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa "[...] se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos" (MINAYO, 2010, p. 57). Portanto, O trabalho está organizado nesta Introdução, uma seção, os Resultados e Discussão e as Considerações finais.

2 Fundamentação teórica

Quando falamos em analfabetismo no Brasil, pode-se dizer que é um assunto bem problematizado, uma vez que o país possui um número considerado de analfabetos. Podemos analisar esses dados através da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) que foi um dos primeiros instrumentos criados a partir de 2013 em larga escala, direcionado para as séries iniciais com objetivo de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em língua portuguesa, a alfabetização em matemática e as condições de oferta do ciclo de alfabetização das redes públicas. No site do MEC, segundo a prova ANA:

[...] 54,73% dos estudantes acima dos 8 anos, faixa etária de 90% dos avaliados, permanecem em níveis insuficientes de leitura. Encontram-se nos níveis 1 e 2 (elementares). Na avaliação realizada em 2014, esse percentual era de 56,1. Outros 45,2% dos estudantes avaliados obtiveram níveis satisfatórios em leitura, com desempenho nos níveis 3 (adequado) e 4 (desejável). Em 2014, esse percentual era de 43,8 (BRASIL, 2016).

A partir deste dado é possível concluir que esse déficit é significativo e preocupante, e que a maioria dos alunos vê o processo de leitura e escrita como algo extremamente desafiador. Porém, é importante destacar que nacionalmente contamos com diversas fontes de pesquisa na área educacional. Uma delas, as universidades públicas, que a partir de projetos de pesquisa e extensão, estudam e discutem a educação e suas vertentes. Por outro lado, podemos contar com diversos autores nacionais que, sendo pesquisadores e profissionais na área, discorrem sobre alfabetização e letramento, como Carlota Boto (2021) e Maria do Rosário Martotti (2006), buscando sempre compreender onde e como métodos de alfabetização serão eficazes e fundamentais no processo de ensino e aprendizagem do aluno.

Analisando o programa Tempo de Aprender, verifica-se que o objetivo principal é melhorar a qualidade da alfabetização nas escolas, não somente oferecendo assistência na sala de aula para os alunos com maior dificuldade em leitura e escrita, mas com a finalidade de aumentar o número de alunos alfabetizados nas séries iniciais e proporcionar ao corpo docente cursos de capacitação e formação continuada. Porém, algo que vem causando debates a respeito do programa são os métodos de alfabetização, especificamente o método fônico, defendido pelos seus idealizadores como único método “eficaz” comprovado cientificamente.

A busca por métodos cientificamente comprovados é expressa pelo ex-secretário de alfabetização Carlos Nadalim na página oficial do PNA desse modo:

Inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, levando para a sala de aula os achados das ciências cognitivas e promovendo, em consonância com o pacto federativo, as práticas de alfabetização mais eficazes, a fim de criar melhores condições para o ensino e a aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita em todo o país.

O ex-secretário de alfabetização da SEALF (2019) Nadalim, aborda em um dos seus livros, “As 5 etapas para alfabetizar seu filho em casa – o guia definitivo” (2015), os tipos de alfabetização que considera ineficazes para o desenvolvimento dos alunos, como os métodos Global e Silábico, os denomina como “inimigos” da aprendizagem e defende o método fônico como único eficiente, garantido às crianças o domínio do princípio alfabético

(NADALIM, 2015, p.9-17).

O referido autor apresenta em seus argumentos a "ineficácia" do método global, alegando que os alunos reproduzem apenas uma percepção visual da forma da letra e da palavra e não as decodificam. Ou seja, a aprendizagem se torna uma espécie de memorização, onde os alunos associam símbolos (letras) a figuras, reconhecendo assim as palavras. Por outro lado, acredita que o método silábico seja melhor que o método global, mas ainda sim o denomina ineficaz, pois "somando" as letras para formar sílabas, há divergências entre o nome da letra e o som que ela tem, causando assim o que o secretário chama de "confusão" na cabeça das crianças. (NADALIM, 2015, p.10). De acordo com Carvalho (2020), na palestra de Magda Soares, a respeito do método recomendado pelo PNA:

a professora critica o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), o qual recomenda a utilização do método fônico na alfabetização com a justificativa de ser o único método baseado em evidências científicas. Soares diz que essas evidências vêm do relatório do National Reading Panel, divulgado em 2000, nos Estados Unidos, o qual traz conclusões que não se adequam ao contexto brasileiro, uma vez que são de um sistema de escrita diferente do português: enquanto a língua inglesa tem uma ortografia opaca, a língua portuguesa se aproxima de uma ortografia transparente (CARVALHO, 2020, p. 2).

A autora é bem explicativa quando afirma que um método criado e aprovado cientificamente em um contexto, não necessariamente tem o mesmo resultado em outro, haja vista que há diferença de desenvolvimento tanto linguístico como cognitivo. São especificidades que precisam ser levadas em consideração. É possível concluir também que o processo de alfabetização não pode se dar por meio unicamente do ensino de letras isoladas ou palavras soltas como o método propõe. Albuquerque e Boto (2021), afirmam que "[...] o Programa Tempo de Aprender não apresenta textos, leituras, decomposição de frases e palavras com um sentido social. Antes, o processo é dado como se a leitura fosse um ato mecânico, separado da compreensão, por meio de palavras soltas, sílabas isoladas e com repetições sem fim" (ALBUQUERQUE; BOTO, 2021 p. 17).

É fundamental entendermos que os métodos utilizados em sala de aula, seja ele global, silábico, fônico ou alfabético, precisam ser analisados e estudados a partir das necessidades dos próprios alunos. Um método não deve ser definido como eficaz em um país ou em determinada região quando primeiro, a defasagem na educação é uma realidade, uma vez que as escolas públicas sofrem não apenas com a falta de recursos básicos, mas com prédios maus estruturados, com projetos de leis que não saem do papel, e quando saem, não são pensados para um todo. É retrocesso focar em um método e

defendê-lo como eficiente sem antes entender que há contextos sociais diferentes e outras necessidades existentes no país a respeito da educação.

3 Resultados e Discussão: O trabalho do assistente e a formação continuada.

Sabendo que é desafiador o trabalho de um professor alfabetizador, compreende-se que o assistente vem para auxiliar o professor em sala de aula. Todavia, surgem vários questionamentos a respeito de como ambos têm colocado em prática as metodologias que o programa propõe. Durante o estudo, foi enviado o questionário para quatro assistentes, obtendo a resposta dos quatro. Um dos primeiros questionamentos era sobre a realização dos cursos de capacitação direcionados aos assistentes e como eram realizados.

QUADRO 1 - RESPOSTAS OBTIDAS DO QUESTIONÁRIO

Assistente A	“Tem alguns encontros presenciais, na plataforma tem alguns cursos para serem feitos, tanto para o professor, como para o assistente.”
Assistente B	“Sobre cursos presenciais, acredito que nunca ocorreram, e se ocorreram não me repassaram, mas sobre cursos on-line, eu fiz os cursos disponibilizados no AVAMEC: o curso do programa tempo de aprender e o curso de alfabetização baseada na ciência (abc).”
Assistente C	“Os cursos até onde conheço são todos on-line.”
Assistente D	“Houve um curso online disponível numa plataforma do governo federal e um encontro/evento organizado pela secretaria de educação”.

Fonte: Autores, 2023.

Na fala dos voluntários, nem todos tiveram acesso às informações sobre as formações presenciais, a maioria obteve capacitação apenas por meio virtual. Ou seja, alguns nem tiveram contato com qualquer suporte presencial, pois, conforme Viegas e Scaff (2017) ao mencionarem acerca da “[...] formação continuada aos professores alfabetizadores deve ser considerado um desafio constante para os gestores dos sistemas municipais de educação, devendo ser uma formação sensível aos aspectos da vida do professor, especialmente no tocante às capacidades, às atitudes, aos valores, aos princípios e às concepções que norteiam a prática pedagógica” (VIEGAS; SCAFF, 2017, p. 68).

Aos assistentes de alfabetização, para alguns compete à função de dar suporte aos alunos apenas no desenvolvimento da leitura, a outros dependendo de como o professor gerencia a dinâmica, o assistente dar suporte na leitura e escrita aos alunos com mais dificuldades.

Ao perguntarmos se os assistentes de alfabetização conhecem o método fônico, todos descreveram que sim, nos levando à próxima pergunta que seria se faziam a utilização do método nas aulas:

(Resposta de A) – “Não uso, porque trabalho exclusivamente com leitura.”

(Resposta de B) – “Eu utilizo, pois acho que explicar pras crianças que cada letra tem correspondência a um ou mais sons ajuda no processo de alfabetização, mas geralmente não uso o método fônico exclusivamente. Sempre tento aproveitar o melhor de todos os métodos que conheço.”

(Resposta de C) – “Não utilizo totalmente, pois não sou muito adepta ao mesmo, porém conheço.”

(Resposta de D) – “As atividades eram todas elaboradas pelas professoras titulares das turmas. Em nenhuma vez tive liberdade de conduzir nenhuma atividade, por isso não elaborava também. Mas eu ajudava os alunos nas atividades de leitura de palavras com cartilhas”.

Trabalhar com a criança o som de cada letra de forma isolada pode provocar mais retrocesso do que avanço no processo da leitura e escrita, pois, na língua portuguesa, as relações entre letras e sons não são únicas, uma mesma letra pode representar diferentes sons, e aplicar a abordagem fônica, pode não dar conta dela. Para Mortatti (2006, p.14) “[...] não se trata de uma discussão nova, nem tampouco se trata de pensar que, isoladamente, um método possa resolver os problemas da alfabetização.” Desta maneira, o método fônico não é a única alternativa a ser utilizada pelos professores e assistentes em sala de aula. De acordo com Morais (2020, p. 213), “vemos uma luta crescente por hegemonia do discurso que defende a definição de como ensinar “com base em evidências científicas”, como se não fossem legítimas as pesquisas feitas fora dos ditames da psicologia experimental.”

É importante destacar que os assistentes de alfabetização foram contratados para cumprir os objetivos da nova política de alfabetização, que era fortalecer os processos de alfabetização em sala de aula. Contudo, as tarefas desenvolvidas nem sempre estão em consonância com o processo de ensino e aprendizagem direcionada para alfabetização, por diferentes razões, entre elas, a forma como os assistentes são contratados. Parte deles não possui formação, e os que possuem, estão também submetidos ao voluntariado, de acordo com os princípios das políticas neoliberais. Segundo Gozzi; Evangelista; Chaves (2023, p.13) os assistentes estão, “[...] em condições precárias de trabalho, na ausência de remuneração e direitos trabalhistas, no aumento das atribuições do professor alfabetizador e, ainda, sob pressão emocional em razão das metas a atingir [...]”

Os assistentes em alfabetização são remunerados de acordo com o quantitativo de recursos recebidos pela escola, de acordo com os índices das avaliações externas, sendo cinco horas semanal para as escolas que tiveram uma pontuação dentro da média esperada, e dez horas semanal para as escolas que tenham “obtido resultados em níveis

insuficientes nas áreas da referida avaliação (Língua Portuguesa e Matemática), são escolas considerada vulneráveis” (BRASIL, 2020, p.17). Enquanto cada assistente recebia aproximadamente cento e cinquenta reais, para se dedicar ao fortalecimento da alfabetização, o governo bolsonarista disseminava que o referido programa de alfabetização primava pela qualidade da alfabetização. Para Gozzi; Evangelista; Chaves (2023, p.13) o programa contribui:

[...] com o recrudescimento da precarização do trabalho nas escolas públicas, além do reforço no senso comum da ideia de que não é necessário que todos aqueles que atuam com alunos tenham formação específica e que não caberia ao Estado garantir, minimamente, a formação e subsistência de todos os profissionais envolvidos na escolarização da população.

É importante ressaltar que o investimento para a construção do programa ultrapassa mais de 220 milhões. Esse recurso público foi investido em universidades privadas, e na incoerência apresenta pouco investimento aos assistentes. Por mais que o ressarcimento seja efetivo, não é o bastante de modo que o assistente desempenhe um bom trabalho. Em sala de aula o desafio é, em sumo, grandioso, para que apenas o professor titular dê conta e/ou para que um assistente mal remunerado consiga suprir tais defasagens.

4 Considerações Finais

Para que no país a alfabetização apresente uma melhor posição, não basta o Estado apoiar-se em um método e/ou em pesquisas desconexas com o cenário pedagógico brasileiro, mas levar em consideração os grupos de pesquisas referentes à alfabetização. A formação continuada pode ser a base para o professor e o assistente, contudo não será em formato de EAD, de maneira descontextualizada ou mesmo através de materiais instrucionais, por meio de um programa que desqualifica as universidades públicas e dar ênfase em estratégias e mecanismos de formação em meio virtuais, deixando a desejar a troca, as pesquisas e entre outras alternâncias presenciais, drasticamente impactando o trabalho docente, bem como ao processo de alfabetização do aluno.

Referências

ALBUQUERQUE, Suzana.; BOTO, Carlota. Dissonâncias do Programa Tempo de Aprender (SEALF/MEC/2020) com as pesquisas sobre alfabetização. **Periódico Horizontes**, Itatiba, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1125>. Acesso em: 11 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação Nacional de Alfabetização**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017> Acesso em 11 mai. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em 11 mai. 2023

BRASIL. **Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020**. Institui o Programa Tempo de Aprender. Brasília. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em 11 mai. 2023

CARVALHO, Kadine. Alfabetização e letramento: de como se aprende a como se ensina. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1–5, 2020.

GOZZI, Elisandra; EVANGELISTA, Olinda; CHAVES, Priscila. O Assistente de Alfabetização como face exposta do trabalho docente precarizado. Dossiê Formação de professores alfabetizadores: políticas, saberes e práticas. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, p.1-22, jan./dez. 2023. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/> Acesso em 12 mai. 2023.

MACEDO, Maria do Socorro. Por uma alfabetização transformadora. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte v. 1, n. 10 (Edição Especial), p. 66-65, jul./dez.2019. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/356> Acesso em 11 mai. 2023.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco; 2010.

MORAIS, Artur. Relatório do “National Reading Panel” dos Estados Unidos (2000). **Em Aberto**, Brasília, v. 33, n. 108, p. 211-215, maio/ago. 2020.

MORTATTI, Maria do Rosário. História dos métodos de alfabetização no brasil. Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf. Acesso em 12 mai. 2023.

NADALIM, Carlos. **As 5 etapas para alfabetizar seus filhos em casa**: O guia definitivo. Brasil: Alcântara Cursos On-line, 2015.

VIEGAS, Elis Regina; SCAFF, Elisângela. Por uma política de formação continuada do professor alfabetizador. In: ARANDA, Maria Alice; SCAFF, Elisângela; LIMA, Paulo (org). **Política e gestão da educação básica**: discussões e perspectivas acerca da alfabetização da criança. Dourados, MS: UFGD, 2017, p. 57-71.